

Diário Oficial

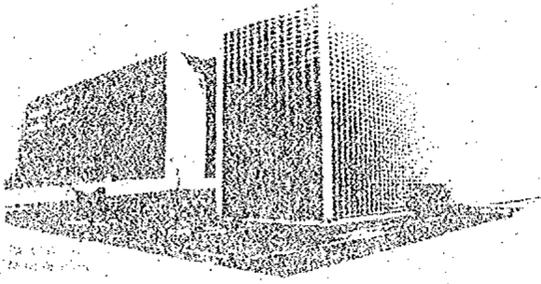
ESTADO DE SÃO PAULO

v. 99

n. 048

São Paulo

terça-feira, 14 de março de 1989



PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

11.º Legislatura

TERCEIRA MENSAGEM ANUAL À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Sessão de instalação da 3.ª Sessão Legislativa,
da 11.ª Legislatura, realizada em 1.º de março de 1989

Senhor Presidente.

Senhores Deputados

Na reabertura dos trabalhos parlamentares é com particular entusiasmo que me dirijo à Assembleia Legislativa do nosso Estado. Temos o histórico privilégio de participar do processo de remodelação política do Brasil, que implanta profundas reformas e estabelece as bases de uma sociedade que todos pretendemos justa e voltada para um futuro melhor.

Ganha relevância, neste ano, a atividade legislativa de Vossas Excelências, a quem incumbe o trabalho de elaboração da nova Constituição de São Paulo, lei fundamental que, tenho certeza, honrará a tradição

Sumário

Este suplemento contém 44 páginas

Introdução	1
Secretaria do Governo	2
Casa Militar	3
Secretaria da Justiça	4
Secretaria do Meio Ambiente	5
Secretaria de Economia e Planejamento	8
Secretaria da Promoção Social	9
Secretaria da Segurança Pública	11
Secretaria da Fazenda	14
Secretaria da Agricultura	17
Secretaria do Abastecimento	18
Secretaria da Educação	18
Secretaria da Saúde	19
Secretaria de Obras	21
Secretaria dos Transportes	23
Secretaria da Administração	24
Secretaria de Relações do Trabalho	26
Secretaria da Cultura	27
Secretaria da Indústria e Comércio	29
Secretaria da Ciência e Tecnologia	29
Secretaria de Esportes e Turismo	31
Secretaria do Interior	33
Secretaria dos Negócios Metropolitanos	34
Secretaria da Habitação	36
Secretaria do Menor	37
Secretaria de Assuntos Fundiários	39
Secretaria de Defesa do Consumidor	39
Secretaria de Ação Comunitária	40
Secretaria Especial de Relações Sociais	40
Universidade de São Paulo	41
Universidade Estadual de Campinas	41
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	43

de liderança e civismo de nosso Estado. Por outro lado, a Constituição da República passou a conferir novas e graves responsabilidades ao Legislativo, aumentando sua participação na organização do Estado, de forma a assegurar o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes, fatores essenciais à consolidação e manutenção de democracia.

São de todos conhecidas as dificuldades de natureza econômica que o País enfrenta, aliás, há décadas, e que se refletem na qualidade de vida do nosso povo, atingindo em especial os mais humildes. No entanto, o governante, o homem público, não tem direito ao derrotismo ou ao pessimismo, atributos que devem ser deixados aos que nada constroem. De minha parte, vejo o Brasil com permanente otimismo. Temos um País sadio, com inestimáveis recursos humanos, materiais e naturais e com todas as condições para o seu desenvolvimento.

Com este enfoque e com a melhor das disposições, tenho dirigido o Governo de São Paulo, convicto de que é ao nosso Estado que se reserva a mais alta responsabilidade para com o futuro e para com a Nação.

Para São Paulo, nada é pequeno demais ou demasiado grande. Por isso, é minha orientação à equipe de Governo que todas as questões sejam enfrentadas e solucionadas, pois dessa atitude resulta o bem-estar geral.

Assim, desde o cotidiano da administração às ações de maior vulto, tudo deve merecer atenção, como norma de respeito ao cidadão paulista.

A reforma administrativa que estou implantando no Estado é exemplo disso. Ela se dá em razão de profundas alterações estruturais, como as que resultaram da edição do Decreto nº 29.355, de 14 de dezembro de 1988, e também em razão da prática diária de reformulação de métodos e rotinas, pela reversão da histórica tendência de crescimento nos quadros de pessoal, pela desativação de organismos superfluos e pelo melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. É uma ação constante que já rende seus frutos, com expressiva redução de gastos e melhor rendimento da máquina administrativa.

Harmonicamente, implanta-se nova política de pessoal, com encargos globais vinculados a limites dependentes da receita, estabelecendo-se justiça tanto para os trabalhadores do Estado quanto para a sociedade que os remunera.

Ainda, São Paulo foi o primeiro Estado a reconhecer e concretizar a autonomia universitária, antiga aspiração dos organismos de ensino superior. Por meio do Decreto nº 29.598, de 2 de fevereiro de 1989, reconheci às Universidades o direito à autogestão, assegurando-lhes participação certa na arrecadação do Tesouro, de modo a que, com seus próprios recursos, implantem com liberdade seus mecanismos de manutenção e difusão da educação pública.

Com a reforma administrativa, é meu objetivo o fortalecimento das atividades típicas e exclusivas do Estado, com a correspondente diminuição ou eliminação da sua intervenção na atividade econômica, própria da iniciativa privada.

São diretrizes modernas que busco implantar na gestão pública e que já demonstram resultados plenamente satisfatórios.

Na política do menor, tem êxito extraordinário a ação da Secretaria do Menor, que substituiu a tradicional intervenção assistencialista do Estado por ações inéditas — de repercussão internacional — voltadas à valorização da criança carente e sua integração sadia no meio social, com pleno respeito aos valores de sua individualidade.

Superadas as primeiras e naturais dificuldades, a jornada única nas escolas de 1.º grau está consolidada e recebe a aprovação de educadores, alunos e pais, com inequívoca melhoria no aproveitamento escolar, fundamental para a formação básica das nossas crianças.

Na área da saúde, a implantação do sistema unificado estende-se também de maneira amplamente satisfatória, com redução dos encargos do Estado e visível benefício para o usuário dos serviços. A adesão dos municípios ao sistema completa a integração entre os órgãos oficiais de saúde pública, que é o objetivo do sistema pioneiramente concretizado no Estado de São Paulo.

Graças aos esforços deste Governo, a Segurança Pública conta hoje com suas polícias totalmente reaparelhadas e reequipadas, com milhares de novos agentes trabalhando em prol da tranquilidade do cidadão. Largos investimentos venho destinando à Segurança Pública, com vistas à recuperação não só dos seus recursos materiais, como humanos. A diferença entre as polícias atuais e as de há poucos anos é sensível; novas concepções e práticas de policiamento preventivo implantadas nesta Administração, como o Radiopatrulhamento Padrão e os Batalhões Escolares, além de reconquistarem a confiança do povo na Polícia, fazem declinar os índices de criminalidade.

Paralelamente, o sistema penitenciário, por longos anos abandonado, moderniza-se e recupera-se, com o término das obras dos novos complexos penitenciários, de que são exemplos os de Mongaguá e Tremembé. Até o final do meu Governo, 20.000 novas vagas serão abertas para atender à população carcerária.

Também, é grande o empenho do Governo não apenas na recuperação e modernização da malha viária do Estado como na implantação de novos empreendimentos que venham a atender as necessidades de locomoção dos trabalhadores e as de produção e comércio. Merecem destaque o término da Linha Leste-Oeste do METRÔ e as obras de sua extensão; encontram-se em fase avançada os trabalhos de duplicação de diversas rodovias estaduais, como a Anhangüera e a Washington Luiz, num total de aproximadamente 400 km; revaloriza-se o Transporte Ferroviário, com a recuperação dos equipamentos, a conservação e modernização das suas linhas.

Todas essas ações voltam-se às prioridades do meu Governo, segundo compromissos publicamente assumidos. Nem por isso, contudo, descuro-me dos outros setores onde se faz necessária a presença do Poder Público. A Secretaria do Meio Ambiente, hoje, encontra-se plenamente estruturada e apta a desenvolver o trabalho não apenas de preservação dos recursos naturais como de recuperação das condições ambientais degradadas. Métodos de replantio da vegetação destruída, únicos no mundo, buscam restaurar a composição vegetal da Serra do Mar; programas de combate à poluição industrial ganham notável incremento com a captação e destinação de recursos às empresas, visando à instalação de avançados equipamentos que reduzem a emissão de poluentes na atmosfera. Preservam-se as áreas de lazer já existentes e criam-se novos espaços que melhoram a qualidade de vida dos cidadãos. Em breve, será entregue o Parque Villa Lobos, destinado ao lazer e à difusão da cultura, eis que em seu projeto se incluiu a construção do Novo Teatro de São Paulo, a ser implantado com o concurso da iniciativa privada.

Nos próximos dias, ainda, será inaugurado o Memorial da América Latina, obra que dotará São Paulo de centro exclusivamente voltado à integração cultural dos povos latino-americanos, iniciativa pioneira e que lança as raízes em direção à formação da comunidade latino-americana de nações, objetivo definitivamente consagrado na Constituição da República.

Para a complexa responsabilidade de gerir os interesses do Estado, não me tem faltado o apoio do Poder Legislativo, com quem compartilho os êxitos das realizações do Governo. Os nobres deputados têm sabido identificar e interpretar as necessidades e os anseios do povo, exercendo a ação política com absoluta dignidade e à altura dos seus mandatos populares.

Por isso estou certo de que a nova Constituição Paulista será elaborada segundo os preceitos maiores do interesse público, permanentemente presentes na ação desse Poder Legislativo, do qual eu e todos os paulistas nos orgulhamos.

Palácio dos Bandeirantes, em 1.º de março de 1989.

Orestes Quéricia
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Luiz Benedito Máximo, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.